Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Na casa de Trump

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a preparar viagem para a abertura da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro. O tom será de defesa da soberania das nações e do respeito às decisões judiciais de cada país. Obviamente que, praticamente às vésperas da COP30, as mudanças climáticas e a economia verde serão pontos centrais do discurso.

Demorou

Nos bastidores, o que se diz é que vem tarde a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), de enviar o pedido de cassação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) ao Conselho de Ética. A avaliação de parlamentares e especialistas é de que essa decisão deveria ter sido tomada logo no começo das sanções dos Estados Unidos ao Brasil.

Restou Flávio

O nome mais forte dos bolsonaristas para concorrer ao Planalto, no ano que vem, é o do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). A família do ex-presidente não quer ouvir falar em Tarcísio de Freitas, o atual governador de São Paulo.

Hora da mudança

Ainda que o governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, tenha dito que só definirá seu futuro político no ano que vem, o PP aguarda a filiação dele ainda em 2025, no mais tardar em outubro. A ideia é começar a trabalhar logo a campanha de Riedel à reeleição. Aliás, não só a de Riedel, mas também a da senadora Margarete Buzetti (PSD-MT).

Tensão sem data para terminar

Muita gente colocará o iminente julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro como o grande ponto de atrito entre o Legislativo e o Judiciário. Porém, não é esse o principal tema de tensão entres os Poderes. Acima disso, está o fato de o Supremo Tribunal Federal julgar os deputados, ou seja... o foro privilegiado. A avaliação de muitos é de que, enquanto o STF julgar os deputados e senadores, a percepção de interferência de um Poder sobre o outro permanecerá. E a única forma de dissipar a tensão é tirando dos ministros da Corte essa prerrogativa e deixando todos no rol da Justiça comum. Esse será o mote que os deputados pretendem usar para pressionar pelo fim do foro.

Veja bem/ Ainda que o fim do foro não esteja na pauta da Câmara, muitos deputados acreditam que, se uma proposta desse tipo for aprovada, que o PL reduzirá a pressão por outros pontos da agenda contra o STF. Há quem diga que é melhor acabar com o foro do que promover impeachments de ministros da Suprema Corte, por exemplo.

CURTIDAS

Onipotente/ Ainda que o processo de cassação de Eduardo Bolsonaro tenha aterrissado no Conselho de Ética, o deputado é visto pelos bolsonaristas como o "herói" e o principal interlocutor com o governo dos EUA. Ao ponto, inclusive, de se reunir com o secretario do Tesouro, Scott Bessent, no mesmo dia em que Bessent deveria ter uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o governo norte-americano desmarcou.

Evaristo Sá/AFP

O legado de Mandetta/ Faça chuva, faça sol, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, está sempre com o jaleco de trabalho. Aliás, o primeiro a lançar a moda do uniforme de trabalho na Saúde foi Luiz Henrique Mandetta (**foto**), que sempre usava o colete do SUS.

Em busca de exemplos/ Uma comitiva de parlamentares que fazem parte do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar Mista da Educação embarcou, ontem, para Singapura, em missão oficial. O objetivo da delegação de deputados e senadores é aprender com o sistema educacional do país asiático, considerado referência no mundo. Com isso, os congressistas pretendem coletar subsídios para a formulação e aperfeiçoamento do Plano Nacional de Educação (PNE).

Jornalismo/ Maíra Moraes, diretora-presidente da MultiRio, empresa pública do Município do Rio de Janeiro, será uma das palestrantes do Festival de Jornalismo do Prêmio Engenho, 19 e 20 de agosto, no Auditório do Sistema CNA-Senar, em Brasília. A jornalista Kátia Cubel é a criadora do prêmio e do festival, cujas atividades são gratuitas e voltadas para alunos de comunicação. Maíra falará no segundo dia.

FRAUDE NA PREVIDÊNCIA

Relator da comissão que vai apurar os descontos indevidos está no primeiro mandato e terá ao lado experiente senador pró-Planalto

Governo em vantagem na CPMI

» FABIO GRECCHI
» WAL LIMA

Com a escolha do relator, o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO), a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que vai apurar os descontos ilegais aos beneficiários do INSS será instalada na próxima semana. A data e os horários de funcionamento do colegiado definidos pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP). A presidência foi entregue ao senador Omar Aziz (PSD-AM).

Nos bastidores do Congresso, a avaliação é de que a composição da cúpula da CPMI dá vantagem aos governistas. Com Aziz no comando do colegiado, o Palácio do Planalto garante um parlamentar que, habitualmente, lhe é fiel. A relatoria nas mãos de Ayres, indicado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), é considerada uma derrota dos bolsonaristas, que pretendiam impor desgaste ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no momento em que o governo recupera o fôlego por conta do tarifaço de Donald Trump a parte das exportações brasileiras para os Estados Unidos e, também, devido ao começo do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2 de setembro.

Ayres é um deputado em primeiro mandato e com pouco traquejo para confrontar um parlamentar experiente como Aziz — que presidiu a CPI da Covid e conseguiu colocar o governo Bolsonaro na defensiva, sobretudo depois que um esquema de fraude na compra de vacinas, pelo Ministério da Saúde, veio à tona no depoimento do ex-deputado Luís Miranda. O PL reivindicava a relatoria da CPMI para a deputada Coronel Fernanda (PL-MT), coautora do requerimento para a criação da comissão com a também bolsonarista senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Deputado em primeiro mandato, Ayres foi indicado para a relatoria pelo presidente da Câmara, Hugo Motta

Entre os deputados confirmados pelas lideranças partidárias para integrar a CPMI estão Cezinha de Madureira (PSD-SP), Paulo Pimenta (PT-RS), Alencar Santana (PT-SP), Rafael Brito (MDB-AL), Thiago Flores (Republicanos-RO), Coronel Chrisóstomo (PL-RO), Coronel Fernanda (PL-MT), Mario Heringer (PDT-MG), Zé Trovão (PL-SC), Fernando Rodolpho (PL-PE), Marcel Van Hatten (Novo-RS), Rogério Correia (PT-MG) e Orlando Silva (PCdoB-SP).

Não adesão

Por sua vez, a Previdência Social constatou que pelo menos 613 mil aposentados e pensionistas do INSS, que têm direito ao ressarcimento de descontos indevidos, ainda não fizeram a adesão ao acordo para receber o dinheiro de volta. O acordo garante que as vítimas da fraude possam receber os valores que foram descontados, de forma integral e corrigidos pela inflação, diretamente na conta bancária onde o benefício é pago.

Podem fazer a adesão aqueles que contestaram e não receberam, em até 15 dias úteis, resposta da entidade ou associação responsável pelos descontos indevidos. Se enquadram todos que tiveram descontos entre março de 2020 e março de 2025 e aqueles com processo na Justiça, que devem desistir da ação para ter o ressarcimento.

Para aderir ao acordo, o beneficiário deve formalizar a contestação dos descontos junto à Previdência Social até 14 de novembro, pelo aplicativo Meu INSS, na central 135 ou em agências dos Correios. Até agora, mais de 1,8 milhão de beneficiários (cerca de 75% dos que estão aptos) aderiram ao acordo. (**Com Agência Brasil**)

Marcos Corrêa/PR

Denarium será julgado por abuso de poder político e econômico na eleição

CORRUPÇÃO

TSE julga governador mais de um ano depois

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou para 26 de agosto o julgamento do processo de cassação do governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), e de seu vice, Edilson Damião (Republicanos). A análise do caso estava suspensa há mais de um ano. A data foi definida pela presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia. O processo envolve acusações de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022.

Denarium é acusado de turbinar os gastos com publicidade e com os programas sociais "Cesta da Família" e "Morar Melhor" para obter vantagens na disputa eleitoral. São apontados a transferência de recursos para municípios às vésperas do período vedado pela lei eleitoral, reformas em casas e a distribuição de cestas básicas em ano de ida às urnas.

Em caso de condenação, a pena de inelegibilidade por oito anos atinge apenas Denarium e não Edilson Damião. Os dois seguem em exercício dos mandatos enquanto não se extinguem os recursos cabíveis.

Em janeiro do ano passado, o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) determinou a cassação da chapa, mas a defesa recorreu ao TSE. O recurso teve julgamento iniciado em 13 de agosto de 2024, mas a votação foi adiada por decisão dos ministros e não havia nova data até agora. Além deste caso, Denarium enfrenta outras três decisões de cassação em processos distintos. A nova análise está prevista para começar às 19h, no plenário do TSE, em Brasília, nos mesmos moldes da sessão anterior.

O governador está à frente do estado de Roraima desde 2018, quando foi eleito pelo PSL com 136.612 votos, 53,34% do eleitorado, em segundo turno. No pleito seguinte, pelo PP, foi reeleito em primeiro turno, com 56,47% dos votos válidos, 163.167 no total.

Antes, Denarium havia sido candidato a suplente de senador pelo PPS, em 2010, na chapa da ex-primeira-dama do estado Marluce Pinto (PSDB). Ele era empresário do setor de agronegócio.